

Subsídios para a História da Psicologia no Brasil

Arrigo Leonardo Angelini

Apresentação do depoente



Arrigo Leonardo Angelini é Presidente da Academia Paulista de Psicologia e Titular da Cadeira nº 4 "Almeida Júnior". Vive intensamente as grandes transformações da Psicologia no Brasil, nas áreas do ensino e da pesquisa, na campanha para a regulamentação legal da profissão, na instalação dos órgãos de fiscalização profissional, no desempenho da associações de Psicologia, na realização e/ou participação de congressos da especialidade e na fundação e direção do Instituto de Psicologia da USP. Graduado em Pedagogia pela USP em 1944, obtém o título de doutor em Psicologia, Educacional em 1953, e de Livre-Docente em 1954, passando a reger interinamente a Cátedra da disciplina até 1960 quando assumiu efetivamente, o cargo, como Professor Titular

mediante concurso de títulos e provas. Participou da campanha para a regulamentação legal da profissão, que culminou com a aprovação da Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962. Trouxe para o Brasil sua experiência de ensino e de pesquisa como Professor Visitante da Universidade Central de Venezuela (Caracas) e a do Texas (Estados Unidos) respectivamente, em 1962 e em 1968-69. Na reforma da USP, ocorrida em 1970, propôs a criação do Instituto de Psicologia como uma das unidades básicas daquela universidade da qual foi Diretor durante três mandatos, instituição que viria desempenhar importante papel no cenário da Psicologia no Brasil. Foi Presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo durante dois mandatos, Presidente da então Associação Brasileira de Psicólogos e Presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia. Nesta última, organizou e presidiu o XIV Congresso Interamericano de Psicologia realizado em São Paulo em 1973, o maior conclave até então promovido por aquela entidade. Em dezembro de 1973, foi aclamado a primeiro Presidente do Conselho Federal de Psicologia. Instalou esse órgão em Brasília e, em 1974, os oito primeiros Conselhos Regionais da categoria. Publicou, até o momento, 95 trabalhos científicos entre livros e artigos em periódicos especializados, editados no País ou no exterior, sendo vários deles referentes ao desenvolvimento da Psicologia e à

profissão de psicólogo. Recebeu 55 distinções entre outorgas e representações oficiais, como também troféus pelos relevantes serviços prestados à Psicologia, especialmente no País. Destacam-se: Medalha Wundt pelo CRP-6ª Região (no dia do psicólogo, 27/08/1979) Prêmio Iberoamericano de Psicologia (1979); Homenagem do CFP (1997); e Troféu no congresso promovido pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (2003).

Vida e Obra

Nasci aos 28 dias do mês de setembro de 1924, em Santo André, cidade vizinha a São Paulo e que hoje faz parte da chamada Grande São Paulo. Sou do tempo em que não havia cursos específicos para a formação do psicólogo, a profissão não era reconhecida legalmente e a Psicologia aparecia apenas como disciplina dos cursos de educação, filosofia ou ciências sociais.

Acredito ser de interesse para as novas gerações de estudiosos da Psicologia conhecer alguns fatos históricos sobre o desenvolvimento dessa ciência em nosso país, especialmente quanto à formação do psicólogo, à regulamentação e à fiscalização desse profissional, à evolução das pesquisas, à realização de congressos e à ampliação do mercado editorial.

No exercício de minhas atividades como professor, pesquisador ou administrador no campo da Psicologia tive inúmeras oportunidades de participar e, não raro, de contribuir para significativos eventos que caracterizaram o desenvolvimento desse ramo do conhecimento humano no Brasil, como ciência e como profissão. Assim, a maior parte da minha vida profissional coincidiu com as grandes transformações da Psicologia no Brasil, especialmente na segunda metade do século XX, em termos de ensino, pesquisa, aplicações práticas, reconhecimento profissional, atividades associativas e mercado editorial.

No começo do século XX, a Psicologia no Brasil, no que se refere ao ensino, estava praticamente limitada às antigas escolas normais, como disciplina integrante dos currículos destinados à formação de docentes para as então chamadas escolas do ensino primário. Esse ensino tinha cunho principalmente teórico, não obstante a existência de alguns laboratórios brasileiros de psicologia que teriam surgido no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, em algumas instituições de ensino normal, bem como em hospitais psiquiátricos, uma vez que a essa época não existiam ainda universidades no Brasil. Pela importância que teve para o desenvolvimento da Psicologia em São Paulo e pelo que representou para aqueles que, posteriormente iriam trabalhar em instituições onde eram aplicados os conhecimentos dessa ciência, merece mencionar o Laboratório, fundado em 1912 por Clemente Quaglio (Patrono da Cadeira nº. 31), na Escola Normal da Praça da República, posteriormente designada Instituto de Educação Caetano de Campos. Esse Laboratório foi reorganizado e ampliado pelo psicólogo italiano Ugo Pizzoli que chegou

ao Brasil em 1913, trazendo considerável quantidade de aparelhos científicos, na tradição experimental de Wundt, destinados à realização de investigações na área da senso-percepção e da psicometria de modo geral.

Na década de 20, o referido laboratório foi reativado por Lourenço Filho, posteriormente escolhido como Patrono da Cadeira nº. 2 desta Academia, e contou com a assistência de Noemy da Silveira, professora que com o nome posterior de Noemy da Silveira Rudolfer, como ficou mais conhecida, viria ocupar essa Cadeira por ocasião da fundação deste sodalício.

Em 1934, é criada a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1938, o Instituto de Educação que vinha ministrando cursos de educação em nível superior como unidade complementar da própria USP foi por ela absorvido e passou a constituir a Seção de Pedagogia da Universidade. O Laboratório de Psicologia passou a pertencer à Cátedra de Psicologia Educacional da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, Cátedra essa regida pela referida Professora, de quem eu passaria a ser primeiro Assistente a partir de 1949.

Além das investigações na área da psicofisiologia, passaram a ser realizados estudos e investigações de maior interesse para a educação como a aferição de testes de inteligência e a organização de provas de rendimento escolar para a seleção e/ou avaliação nas escolas. Naquela época, quem quisesse se dedicar ao estudo da Psicologia na universidade deveria optar principalmente pelo curso de Pedagogia, cujo currículo incluía várias disciplinas de natureza psicológica, ou pelos cursos de Filosofia ou de Ciências Sociais, estes com menor carga de disciplinas psicológicas.

As aplicações da Psicologia e alguns esforços de investigação nesta área eram, realizados principalmente em instituições educacionais, em serviços de seleção e orientação profissional, por pessoas formadas pelas antigas escolas normais, as quais completavam sua formação no próprio ambiente de trabalho e, posteriormente, pelos primeiros formados nos cursos de Pedagogia ou de Filosofia da USP e por alguns egressos da Escola de Sociologia e Política, então uma entidade complementar da USP, além, naturalmente, de alguns psicólogos estrangeiros aqui radicados. Não havia, portanto, a figura do psicólogo como profissional liberal, pois não existiam cursos destinados à formação específica desse profissional.

O desenvolvimento da Psicologia no Brasil, como aliás em todas as partes do mundo processou-se de forma muito rápida. Embora não se possa ignorar a contribuição de alguns médicos e até mesmo de alguns engenheiros para o desenvolvimento de certas áreas de aplicação desta ciência em nosso país, foi aos educadores que ficou reservado o maior papel nesse desenvolvimento.

Em 1958, por proposta de Annita de Castilho e Marcondes Cabral, que era professora contratada para reger a Cátedra de Psicologia do Curso de Filosofia da então,

FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) da USP e que viria a ocupar a Cadeira nº 17 desta Academia, começou a funcionar naquela Faculdade aquele que acreditamos ser o primeiro curso de graduação em Psicologia no Brasil, criado por Lei Estadual aprovada em 1957. Com a duração de três anos, esse curso conferia aos que o concluíam o diploma de Bacharel em Psicologia, pois era de caráter predominantemente teórico e acadêmico e nenhum direito de natureza profissional outorgava ao diplomado. A Cátedra de Psicologia Educacional, já então por mim dirigida após a aposentadoria da Professora Rudolfer, passou a se encarregar do ensino de algumas disciplinas nesse novo curso, como: psicologia da aprendizagem, psicologia do desenvolvimento, psicologia da personalidade, história da psicologia e medidas psicológicas. Outra área pioneira, além da educacional, foi a da psicologia industrial. Por volta de 1924, várias atividades foram iniciadas, principalmente aquelas relacionadas à seleção de pessoal.

No final da década de 50, aqueles que trabalhavam em Psicologia como professores universitários da disciplina, ou os que aplicavam os conhecimentos desta ciência em instituições como o SENAI, o SENAC, o ISOP no Rio de Janeiro, o SOSPI em Belo Horizonte e outros institutos congêneres na Bahia e em Porto Alegre, bem como alguns serviços de natureza assistencial, além das sociedades de Psicologia já existentes, como a Sociedade de Psicologia de São Paulo, a Associação Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicotécnica, julgaram que era chegado o momento de se regulamentar a profissão de psicólogo no País e de se estabelecer normas para a formação regular desse profissional. Promoveu-se, então, uma verdadeira campanha, da qual participei ativamente, junto ao Congresso Nacional, no sentido de se aprovar Lei que regulamentasse a profissão e estabelecesse a respectiva formação.

Durante alguns anos tramitaram no Congresso vários anteprojetos até que, finalmente, em 27 de agosto de 1962 foi sancionada a Lei nº. 4.119 que atendeu às nossas reivindicações. Por isso, o dia 27 de agosto passou a ser considerado "dia do psicólogo" no Brasil.

A grande dificuldade para a aprovação da Lei residia na resistência da área médica que não admitia o psicólogo como profissional independente, principalmente na realização das funções relativas à clínica e à psicoterapia. Por isso estas expressões não constam do texto legal e tiveram que ser substituídas por "uso de métodos e técnicas psicológicas para solução de problemas de ajustamento", para melhor aceitação por parte dos médicos. Aliás, essa resistência da área médica apareceu novamente no Congresso Nacional, onde, foi apresentado novo anteprojeto conhecido como "Ato Médico", o qual subordina ao médico toda atividade dos profissionais da área da saúde, inclusive dos psicólogos, causando, obviamente, grande celeuma entre estes profissionais.

Essa Lei nº. 4.119/62, que regulamentou a profissão no País e dispôs sobre a formação do psicólogo, foi complementada pelo Parecer nº, 403/62 do Conselho Federal

de Educação que estabeleceu o currículo mínimo para os respectivos cursos, a ser completado em cada universidade para a organização do chamado currículo pleno.

Entretanto a Lei não criou, desde logo, os órgãos de classe que deveriam fiscalizar o exercício profissional, isto é, os Conselhos Regionais e o Conselho Federal. Isto somente ocorreu 9 anos mais tarde por outra Lei, a de nº. 5.766/71, como resultante de insistentes solicitações das associações de psicologia existentes na época.

Apesar dos movimentos das associações de psicologia, como o I Encontro Nacional das Sociedades de Psicologia, realizado em São Paulo em 1971 e o II Encontro, realizado na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, em janeiro de 1972, mais dois anos se passaram após a aprovação da segunda Lei, para que o Ministério do Trabalho, que era o órgão legalmente competente, resolvesse convocar tais associações com a finalidade de organizar o Primeiro Conselho Federal de Psicologia. Isto ocorreu em 20 de dezembro de 1973, ocasião em que eu fui aclamado o primeiro Presidente daquela autarquia e, no ano seguinte, isto é, em 27 de agosto de 1974, já instalava os oito primeiros Conselhos Regionais de Psicologia, no País.

Entre os Conselheiros do Primeiro Conselho Federal, (período de 1973-1976) além do meu nome, como Presidente, atuaram a psicóloga Virginia Leone Bicudo como Vice-presidente, que veio a ocupar nesta Academia a Cadeira nº 1, o psicólogo Oswaldo de Barros Santos, que ocupou a Cadeira nº 15 e, como suplentes, Odette Lourenção van Kolck, e Geraldina Porto Witter, que vieram a ocupar, respectivamente, as Cadeiras nºs 16 e 23 deste sodalício.

É interessante notar, também, que entre os Conselheiros do Primeiro Conselho Regional da 6ª Região, que compreendia os Estados de São Paulo e do então Mato Grosso, na gestão de 1974 -1977, atuaram como efetivos, quatro psicólogos que, posteriormente, vieram ocupar Cadeiras desta Academia, a saber: Geraldina Porto Witter, Cad. nº 23; José Glauco Bardella, Cad. nº 8; Romeu de Morais Almeida, Cad. nº 6; e Waldecy Alberto Miranda Cad. nº 15., este último eleito o primeiro presidente e atuaram como suplentes seis psicólogos, a saber: Samuel Pfromm Netto, Cad. nº 5; Antonio Carelli, Cad. nº 10; Carlos Del Nero, Cad. nº 7; Sérgio Villela Monteiro, Cad. nº 31; Marcos Pontual, Cad. nº 11 e Dante Moreira Leite que foi escolhido Patrono da Cad. nº 23.

Com a aprovação da Lei nº 4.119/62 e até a instalação dos Conselhos Regionais de Psicologia onde os psicólogos deveriam se inscrever, como ainda devem, para o exercício da profissão, que ficou condicionado a um registro no Ministério da Educação para aqueles que já vinham exercendo, por mais de cinco anos, atividades de natureza psicológica, desde que comprovassem formação universitária, trabalho em instituições oficiais ou reconhecidas e publicações na área, ou o título de doutor em Psicologia, título que já era outorgado por algumas universidades, como no caso da USP.

Uma comissão de cinco professores universitários de psicologia, designada pelo Ministério da Educação e presidida pelo Professor Lourenço Filho que, é como já mencionei, viria ser escolhido como Patrono de uma das Cadeiras desta Academia, comissão da qual eu também participei, examinava cuidadosamente a documentação de cada candidato, exarando parecer fundamentado, que podia concluir pela aprovação do registro solicitado, pela negação, ou pelo registro condicionado à aprovação em determinadas disciplinas psicológicas a serem cursadas em cursos universitários de psicologia já então existentes.

A legislação estabelecida no Brasil sobre a nova profissão estimulou a criação de cursos de Psicologia ou a adaptação aos novos moldes fixados em Lei, daqueles poucos cursos já existentes, atendendo-se, ao mesmo tempo, ao crescente interesse da juventude estudiosa que procurava a universidade. Assim, em tempo relativamente curto, passamos da situação de inexistência de cursos destinados à formação regular do psicólogo para a situação na qual esses cursos proliferaram de maneira extraordinária.

Na USP, aquele curso de três anos de duração, que formava o chamado Bacharel - em Psicologia na então FFCL, adaptando-se à nova Lei, passou a formar o Psicólogo, em 5 anos, com a inclusão de novas disciplinas de caráter profissional. Foram então contratados . novos professores, principalmente nas áreas da psicologia clínica e da psicologia experimental e novos ambientes de trabalho, inclusive biotérios e laboratórios, foram instalados. Para a área da clínica foram admitidos os psiquiatras Cícero Cristiano de Souza, na disciplina de Psicopatologia, Durval Bellegarde Marcondes para Psicanálise e Aníbal Cipriano Silveira, especialista no Teste de Rorschach. Cícero Cristiano de Souza viria a, ocupar nesta Academia a Cadeira nº. 3; Durval Marcondes ocupou a Cad. nº. 1 e Aníbal Silveira foi escolhido Patrono da Cad. nº. 14.

Uma área que se desenvolveu, principalmente após a instalação dos cursos nos termos da nova legislação, foi a da psicologia experimental, uma vez que o currículo mínimo do curso de Psicologia, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, incluiu essa disciplina com caráter obrigatório. Na década de 60, chegou ao Brasil o professor norte americano Fred Keller da "Columbia University" de Nova Iorque e que, como visitante contratado, a princípio na Universidade de São Paulo e posteriormente na de Brasília, iniciou atividades

de psicologia experimental de base behaviorista com a colaboração de jovens psicólogos s brasileiros que haviam realizado cursos em universidades americanas nessa área.

Houve, então, grande entusiasmo pelo modelo behaviorista rígido, a ponto dos defensores desse modelo considerarem que a única alternativa de se fazer ciência em Psicologia seria aquela de base experimental realizada com animais, em detrimento de outras abordagens de tendências humanistas e cognitivas, empregadas em psicologia a educacional e clínica.

Em 1968, repercute no Brasil um amplo movimento estudantil iniciado na França,

caracterizado como democratização da universidade, pelo qual os estudantes pretendiam participar em condições de absoluta maioria de todos órgãos, colegiados e decisões da instituição, numa total inversão da estrutura e dos valores existentes. Esse movimento, apesar dos exageros da rebelião dos estudantes, teve um mérito, qual seja o de encaminhar uma ampla reforma na Universidade de São Paulo, discutida durante vários meses em reuniões do Conselho Universitário e que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1970.

As principais modificações introduzidas pela reforma foram as seguintes: 1- criação de novas escolas, designadas institutos ou faculdades, principalmente pelo desdobramento da FFCL, que permaneceu como Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); 2 . abolição das cátedras e da figura do professor catedrático, único em cada área do conhecimento, criação de departamentos e da categoria de professor titular, podendo haver mais de um titular em cada departamento; 3 - a criação de novos colegiados nas unidades escolares (isto é, nas faculdades, escolas ou institutos), bem como de novos colegiados na administração central da universidade; e, 4 - participação de representação, de estudantes e de funcionários, em razoável proporção, em todos os colegiados, além de várias outras alterações.

Quando se discutia, no Conselho Universitário, a nova estrutura da USP, vislumbrei a possibilidade de se criar um Instituto de Psicologia. Senti que era o momento propício, adequado e decisivo para se criar tal Instituto, pois se não fosse aproveitada aquela oportunidade, outra reforma da USP tardaria, sem dúvida, muitas décadas, até porque apesar de serem ministradas várias disciplinas de natureza psicológica no curso de Psicologia da então FFCL, a estrutura formal da USP contava apenas com duas cátedras de Psicologia: uma de Psicologia Geral e a outra de Psicologia Educacional, aquela regida mediante contrato pela Professora Annita Cabral e esta por mim ocupada como Professor Catedrático.

Daí as resistências dos membros do Conselho Universitário responsáveis pelas propostas das novas escolas da USP. Admitiam que no caso da Psicologia, esta poderia constituir simplesmente um departamento de alguma das escolas que seriam criadas com a reforma como: a Faculdade de Educação, o Instituto de Biociências ou a Faculdade de Filosofia Ciências Humanas (FFCH).

A campanha para se criar um Instituto destinado exclusivamente ao ensino, à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade na área da Psicologia não foi tarefa fácil. Nela, com a efetiva colaboração do Professor. Samuel Pfromm Netto, meu Assistente, na ocasião e que viria a ser um dos entusiasmados fundadores desta Academia, onde ocupa a Cad. nº 5, num trabalho de convencimento dos membros do Conselho Universitário.

Na sessão em que o Conselho Universitário da USP decidiu o assunto, votaram 251

membros. Por 13 votos a favor e 12 contra tivemos o ganho da causa, cabendo lembrar já que nenhum professor de psicologia tinha assento naquele colegiado. Devo esclarecer, a bem da verdade, que essa dificuldade que tivemos para se conseguir um Instituto exclusivamente destinado à Psicologia, deveu-se também, por incrível que pareça, à posição assumida por alguns professores da área de psicologia experimental que admitiam que bastava a criação de um departamento no Instituto de Ciências Biológicas. Achavam que nesse departamento teriam maiores facilidades de laboratórios, equipamentos e biotérios, entre outras, numa visão exclusivista do campo da Psicologia.

Assim, estruturado em quatro departamentos, foi instalado em 1970 o Instituto de Psicologia da USP, o qual passou a representar um marco importante no cenário das instituições de ensino da Psicologia no Brasil, pelos cursos que oferece, pelas pesquisas que realiza, por sua significativa produção científica, especialmente em termos de as dissertações de mestrado e de teses de doutorado, além do acervo de sua biblioteca DS especializada, atualmente a melhor, não somente do País, mas da América Latina, na área da Psicologia.

Tive a honra de dirigir o novo Instituto durante três mandatos, a partir de sua instalação e quando me aposentei, em maio de 1988, já contávamos com 102 professores rei nas categorias de Titulares, Adjuntos, Livre-Docentes, Doutores, Mestres e Auxiliares de Ensino.

A partir da aprovação da Lei 4.119/62, a Psicologia e a profissão que a ela corresponde evidenciaram um rápido desenvolvimento, mediante a instalação de numerosos cursos de graduação e posteriormente de pós-graduação, surgiram as especializações, as fundaram-se novas sociedades destinadas ao cultivo da Psicologia ou de campos específicos dessa ciência e o mercado editorial ampliou-se consideravelmente com a publicação de livros e de periódicos especializados.

Uma das conseqüências da expansão dos cursos e das pesquisas nesse campo as do conhecimento foi a realização de reuniões e de congressos locais, nacionais e internacionais, cada vez mais numerosos entre nós.

Para não mencionar eventos relativos a áreas específicas da Psicologia ou de suas aplicações, ultimamente muito freqüentes, como os congressos de psicologia escolar e educacional, psicologia hospitalar, psicanálise, psicoterapia, avaliação psicológica, técnicas projetivas e tantos outros, vou me deter nos congressos interamericanos já realizados no Brasil.

Fundada na cidade do México, no dia 17 de dezembro de 1951, a Sociedade de Interamericana de Psicologia (SIP), entidade que tive a honra de presidir no período de 1971 a 1973 promove, entre outras atividades, principalmente os congressos 25 interamericanos de Psicologia, eventos que congregam os trabalhadores desta ciência

nas Américas, reunidos a cada dois anos aproximadamente. (

No Brasil, até o ano de 1997, foram realizados três congressos patrocinados por essa entidade: o primeiro deles, que também foi o primeiro a ter lugar na América do Sul e VI da série que a SIP vem promovendo, reuniu-se na cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência do Dr. Guillermo Davila, do México, no período de 16 a 21 de agosto de 1959 portanto, numa época em que ainda não estava regulamentada a profissão de psicólogo em nosso país. O tema central desse congresso foi "Avaliação da Personalidade e Relações Humanas". Do total de 410 participantes desse conclave, entre brasileiros e estrangeiros (19 viriam tornar-se membros desta Academia, além de 2 nomes que foram consagrados como Patronos: Manoel Bergstrbm Lourenço Filho, na Cad. nº 2 e Theodorus van Kolck na Cad. nº 16. Naquela época, 1959, estava em grande efervescência a campanha que culminaria na aprovação da Lei 4.119/62, regulamentadora da profissão. Em discurso que tive a oportunidade de proferir na sessão solene de encerramento daquele congresso, realcei o esforço daqueles que vinham trabalhando em Psicologia para que a Lei fosse aprovada, o que, como já disse, ocorreu em 1962. |

O segundo congresso Interamericano de Psicologia ocorreu no período de 14 a 11 de abril de 1973 no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo, despertando enorme interesse e reunindo mais de 3.000 participantes entre titulares, aderentes, estudantes e acompanhantes. Além do elevado número de psicólogos brasileiros de vários Estados do Brasil, aquele conclave contou com a presença de destacadas personalidades do exterior, especialistas de diversas áreas da Psicologia. Dentre os participantes, 35 nomes estão ou estiveram vinculados a esta Academia, como Patronos, Membros Titulares ou Membros Correspondentes. Esse congresso, que tive a grande honra (de presidir, na qualidade de Presidente da SIP, foi o XIV da série promovida pela Sociedade e o maior e mais significativo até então realizado em nosso país, na área da Psicologia. Da sua comissão organizadora participaram seis psicólogos que vieram depois ocupar Cadeiras da Academia Paulista de Psicologia, a saber: Aniela Ginsberg (Cad. 11); Oswaldo de Barros (Cad. 15); Mathilde Neder (Cad. 14); Odette van Kolck (Cad. 16); Waldecy Miranda (Cad. 15) e minha pessoa como Presidente do Congresso, que ocupo a Cadeira 4. Naquela ocasião, a profissão já estava regulamentada há cerca de dez anos e vários cursos destinados à formação do psicólogo achavam-se em pleno funcionamento no País, mal os Conselhos de Psicologia ainda não estavam instalados, embora a respectiva Lei de criação estivesse aprovada desde dezembro de 1971. No discurso que proferi na Sessão Inaugural do conclave, na qualidade de Presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia e do Congresso, sessão à qual compareceu o Governador do Estado como Presidente de Honra, tive a oportunidade de enfatizar a necessidade das providências que deveriam ser tomadas pelo Ministério do Trabalho, nos termos da Lei, para a instalação

dos Conselhos da categoria, o que se efetivou em 20 de dezembro daquele ano de 1973.

No período de 6 a 11 de julho de 1997, foi realizado, também na cidade de São Paulo, o XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, o terceiro em nosso país. Foi, igualmente, uma memorável reunião científica que congregou grande número de participantes das Américas, num momento em que a Psicologia e suas aplicações já apresentavam considerável surto de desenvolvimento no Brasil e, de modo geral, na América Latina, para não mencionar Estados Unidos e Canadá, mercê das atividades de dezenas de cursos para a formação do psicólogo e de significativo número de especialistas nessa área do conhecimento.

Dada a relevância do acontecimento em nosso país, o evento contou com o apoio de 34 entidades, entre agências de apoio à pesquisa, associações científicas, universidades, órgãos governamentais, fundações e firmas diversas, que garantiram o pleno êxito do congresso. Na ocasião, presidia a SIP o Professor Euclides Sanches, da Venezuela, e o conclave foi coordenado pela Professora Maria Regina Maluf, do Instituto de Psicologia da USP.

A Academia Paulista de Psicologia, uma das entidades patrocinadoras do congresso, fez-se representar por mim, seu Presidente, e por diversos Membros Titulares, encarregados que foram de conferências e da apresentação de trabalhos em diferentes sessões do conclave. Para se ter uma idéia da abrangência desse congresso, basta a referência ao número de trabalhos apresentados que alcançou a cifra de aproximadamente 2.800.

Outra clara indicação da evolução da Psicologia no Brasil reside na extraordinária expansão do respectivo mercado editorial, quer pela publicação de livros de divulgação, quer pelo surgimento de obras especializadas e, notadamente, de periódicos que trazem os avanços dos conhecimentos em termos teóricos, metodológicos e de resultados de pesquisas.

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, a bibliografia disponível sobre Psicologia era extremamente reduzida. No que se refere a livros, autores da área da Educação às vezes abordavam temas de Psicologia Educacional, como, por exemplo, Fernando de Azevedo, Patrono desta Academia, entre seus múltiplos livros sobre a matéria, escreveu *A Educação e seus problemas* em 2ª edição em 1946, ou Anísio Teixeira, que entre outros livros, escreveu *Educação Progressiva* em 4ª edição no ano de 1954, ou Celso Kelly em sua obra de 1934 *Educação Social* ou Almeida Jr, também Patrono, em seu livro *A escola pitoresca*, 2ª edição em 1951, ou ainda Afrânio Peixoto em seu livro intitulado *Ensinar a ensinar*, publicado em 1937.

Começam a aparecer também livros com conteúdos mais específicos de Psicologia, embora ainda com a preponderância na área educacional, como foi o caso da obra de Noemy da Silveira Rudolfer; *Introdução à Psicologia Educacional* publicada em 1938 e em

2ª edição em 1961: ou os livros de Arthur Ramos: *Educação e Psicanálise*, publicado em 1934 e *A criança problema* publicado em 1939; ou os de Sylvio Rabello: *Psicologia do desenho infantil*, de 1935; *A Psicologia da infância*, em 2ª. edição em 1943 e *A representação do tempo na criança*, publicado em 1938.

Mas os estudiosos que quisessem se aprofundar um pouco mais nos assuntos de Psicologia valiam-se dos livros de origem européia, especialmente francesa, já traduzidos para o português, como, por exemplo, o livro de Henri Piéron *Psicologia do Comportamento*, publicado no Brasil em 1957; de Henri Wallon: *Manual de Psicologia*, aqui publicado em 1956, e, *Princípios de Psicologia Aplicada*, de 1939, ou ainda, os livros de Paul Guillaume: *A formação dos hábitos*, em tradução de 1939, *Psicologia da forma*, traduzido em 1961, e, *Manual de Psicologia*, em tradução de 1956, além de alguns outros.

Em termos de revistas, os assuntos de psicologia apareciam em artigos de alguns periódicos de educação existentes nas primeiras décadas do século passado, como no caso da Revista Educação, publicada pelo Departamento Geral do Ensino do Estado de São Paulo, ou da revista Escola Ativa ou ainda da revista do INEP, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, publicada pelo Ministério da Educação, onde apareciam artigos de Lourenço Filho, de Noemy da Silveira Rudolfer, de Almeida Júnior e de outros professores das antigas escolas normais que, como vimos, foram o celeiro dos primeiros trabalhadores da Psicologia em nosso meio.

Mais tarde, surgem as revistas específicas de psicologia, cumprindo mencionar aquelas que tiveram ou ainda têm publicação continuada como é o caso da revista publicada pelo ISOP no Rio de Janeiro denominada inicialmente *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, depois *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada* e agora denominada apenas *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, o periódico publicado pela PUC de São Paulo denominado *Revista de Psicologia Normal e Patológica* ou o *Boletim de Psicologia*, da Sociedade de Psicologia de São Paulo, entidade que neste ano de 2005 está completando 60 anos de existência, e que publica o Boletim desde 1945, ou a revista *Psicologia Escolar e Educacional*, publicada pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional ou ainda o nosso *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, que já completou 25 anos de publicação ininterrupta, além de vários outros periódicos publicados não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também em outros Estados da Federação.

Atualmente, informa-nos a Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP, são cerca de 190 as publicações periódicas de Psicologia no Brasil, revelando o extraordinário avanço dos estudos e pesquisas nesse campo do conhecimento humano em nossa terra, conseqüência da expansão dos cursos universitários da especialidade, e da correspondente profissão de psicólogo. Cabe lembrar que a publicação regular de um periódico especializado não é tarefa simples, pois requer a dedicação exclusiva de vários profissionais e a

participação de um corpo editorial de especialistas na matéria para a devida seleção dos originais que devem ir ao prelo. Por isso, cerca de 60 revistas que surgiram em nosso meio tiveram suas publicações encerradas, não obstante os esforços ,de seus idealizadores, como foi o caso da revista "Psyke", publicada em 1947 e que não passou do primeiro número.

Eis aí, em rápidas pinceladas, alguns fatos históricos que caracterizaram o extraordinário desenvolvimento da Psicologia no Brasil, em termos de ensino, de pesquisa, de prestação de serviços à comunidade, da realização de congressos, da legislação pertinente da atuação profissional do psicólogo e do mercado editorial.

Entretanto cabe recordar, principalmente para as futuras gerações de psicólogos brasileiros, que a profissão que abraçaram, embora caracterizada por um desenvolvimento muito rápido em nosso país, não surgiu de modo tranqüilo e sem dificuldades. Diversas campanhas tiveram que ser encetadas pelos primeiros trabalhadores da Psicologia, empenhados que foram para que as diversas etapas desse desenvolvimento fossem alcançadas com sucesso, como a aprovação da Lei que regulamentou a profissão e estabeleceu as condições para a formação do profissional, a aprovação da Lei que criou os órgãos de fiscalização profissional, a instalação destes últimos em Brasília e nas diversas regiões do País e, em relação à USP, a criação do Instituto de Psicologia como uma das unidades básicas da Universidade, destinada ao ensino de graduação e de pós-graduação, à realização de pesquisas e de publicações e à prestação de serviços à comunidade.

Assim, a Academia Paulista de Psicologia, entidade fundada no ano em que se comemorou internacionalmente o centenário da psicologia científica, cumpre uma das suas finalidades primordiais, qual seja a do resgate e preservação da memória desse campo do conhecimento humano em nosso meio.

Referências

- . Almeida Júnior, A.F. - (1951) *A Escola Pitoresca e outros trabalhos*, 2ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional..
- . Anais do VI Congresso Interamericano de Psicologia - (1960). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- . Anais do XIV Congresso Interamericano de Psicologia - (1975). São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- . Angelini, A.L. - (1961) *La Psicología Educativa de Hoy: Contenido y Limitaciones Monografía n. Q 5 da Asociación Venezolana de Psicólogos.*
- . Angelini, A. L. - (1962) O Sentido Atual da Psicologia Educacional, *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, Ano VII, no nºs. 1 a 4.

- Angelini, AL. - (1965) Recent Developments in the Education and Training of Psychologists in Brazil. *Archivos Panamenos de Psicología*, vol. 1, nº 2.
- Angelini, AL. - (1966) Psychology in Brazil, in International Opportunities for Advanced Training and Research in Psychology, Washington, DC *American Psychological Association*, p. 27 - 32.
- Angelini, A.L. - (1973) Applied Psychology and Problems of Brazil as a Developing Country,(1973) *Interamerican Journal of Psychology* 1-2.
- Angelini, AL. - (1975) Aspectos Atuais da Profissão de Psicólogo no Brasil, *Boletim de Psicologia da Sociedade de Psicologia de São Paulo*, Vol. XXVI, nº. 69, pág. 31 a 39.
- Angelini, AL. - (1978) Analisis de la formación en Psicología en Brasil en los últimos anos, *Boletín de la Sociedad de Psicología del Uruguay*, vol. 47, pág. 33 a 38
- Angelini, AL. - (1978) Las Estructuras Legales y la Profesión del Psicólogo en el Brasil, in Ardila,R. (Ed.) *La Profesión del Psicólogo*, México City: *Editorial Trilhas*,
- Angelini, A.L.- Minha vivência do desenvolvimento da Psicologia no Brasil,(1982). Autobiografia em original, não publicado.
- Angelini, A.L. - (1985) Evolution and Tendencies of Psychology in Brazil, in Diaz-Guerrero, R. (Ed.) - Cross-Cultural and National Studies in Social Psychology, *International Union of Psychological Science*, North-Holland, p. 351 - 360.
- Angelini, AL. e Agatti, A.P.R.- (1987) A investigação psicológica no Brasil, *Revista Latinoamericana de Psicología*, Vol.19,n.º 1, p.
- Angelini, A L. - (1997) Depoimento autobiográfico in Morans, S.T.P. tese de doutorado *Professores Universitários contam suas vidas, Instituto de Psicologia do IPUSP*.
- Arquivos Brasileiros de Psicologia - Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais da Fundação Getúlio Vargas.
- Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada - Rio de Janeiro: Publicação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas.
- Arquivos Brasileiros de Psicotécnica - Rio de Janeiro: Publicação do Instituto de
- Azevedo, F. - (1946) *A Educação e seus problemas*, 2ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Boletim da Academia Paulista de Psicologia - Órgão oficial da Academia Paulista de Psicologia; São Paulo.
- Boletim de Psicologia - Órgão da Sociedade de Psicologia de São Paulo.
- Conselho Federal de Educação - Parecer nº 403/1962.
- Conselho Regional de Psicologia – 6ª. Região (1994) - Uma Profissão Chamada Psicologia. São Paulo, Edição Kasumi Monacota.
- Guillaume, P.- (1939) *A formação dos hábitos*. Tradução de Ramiro de Almeida. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Guillaume, P. - (1956) *Manual de Psicologia*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- Guillaume, P. - (1961) *Psicologia da Forma*. Tradução de Irineu de Moura. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Kelly, C.- (1934) *Educação Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lei Estadual de São Paulo n.Q 3862, de 26/05/1957 - Cria o Curso de Bacharelado em Psicologia na Universidade de São Paulo.
- Lei Federal n.º 4119, de 27/08/1962 - Regulamenta a profissão de psicólogo e dispõe sobre a formação desse profissional.
- Lei Federal n.º 5766, de 20/12/1971 - Cria o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais.
- Morton, A. B. - (1974) Entrevista in: *An Overview of Psychology in Latin America*. Department of the Navy Office of Naval Research. USA.
- Peixoto, A. - (1937) *Ensinar a ensinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Piéron, H. - (1957) *Psicologia do Comportamento*, 3ª. Edição. Tradução de J. B. Damasco
São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Programa do XXVI Congresso Interamericano de Psicologia. 6 a 11 de julho de 1997. São Paulo.
- Rabello, S. - (1935) *Psicologia do desenho infantil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Rabello, S. - (1938) *A representação do tempo na criança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Rabello, S. - (1943) *Psicologia da Infância*. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ramos, A. - (1934) *Educação e Psicanálise*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ramos, A. - (1939) *A criança problema*. São Paulo: Companhia Editora Nacional
- Revista de Psicologia Normal e Patológica - São Paulo: Instituto de Psicologia da PUC de São Paulo.
- Revista do INEP . Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação.
- Revista Educação - Departamento Geral do Ensino do Estado de São Paulo.
- Revista Psyke - Rio de Janeiro: Editora Psyke Ltda.
- Rudolfer, N. S. - (1938) *Introdução à Psicologia Educacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas.
- Teixeira, A. - (1954) *Educação Progressiva*, 4ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Wallon, H. - (1935) *Princípios de Psicologia Aplicada*. Tradução de Caldeira Filho.